



Universidade Federal do Espírito Santo
Auditoria Interna

RELATÓRIO FINAL
DE AUDITORIA Nº 2022005

Chefe da Auditoria Interna

Crisley do Carmo Dalto

Auditores Internos Governamentais

Juliana Cruz Alves Lopes

Bruno Henrique Picon de Carvalho



UNIDADE AUDITADA: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes)

TIPO DE AUDITORIA: Auditoria de acompanhamento

AÇÃO DO PAINT: 4

ORDEM DE SERVIÇO: 5/2022

PROCESSO DIGITAL Nº 23068.063629/2022-03

MISSÃO

Assessorar e fortalecer a gestão no desempenho das suas funções e responsabilidades, avaliando e aprimorando a governança pública (controles internos e gestão de riscos).

RESUMO

Em conformidade com a ação nº 4 do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna (Paint) e com a Ordem de Serviço nº 5/2022, a auditoria realizada na Editora da Ufes teve como objetivos: verificar o cumprimento do objetivo para o qual foi criada, tendo como referência sua missão, visão e valores; verificar os critérios definidos para a seleção do conteúdo a ser publicado, a adoção da transparência nos processos internos e a comunicação com o público interno e externo; assim como verificar a estrutura de controles internos, os riscos organizacionais e a governança. Além disso, foram feitos questionamentos sobre os processos internos de trabalho, a fim de analisar como o setor gerencia as atividades relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança. Os resultados encontrados destacam que o setor deve providenciar melhorias em seus procedimentos de controle e informação e comunicação com o público usuário, atentando aos princípios, diretrizes e mecanismos da boa governança pública, adotando medidas para melhor atingir seus objetivos estratégicos. As recomendações emitidas buscam agregar valor à gestão pública na medida em que propõem o tratamento adequado às inconsistências e não conformidades expostas nas constatações.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Audin - Auditoria Interna

CGU - Controladoria-Geral da União

COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

Edufes - Editora da Universidade Federal do Espírito Santo

GRU - Guia de Recolhimento da União

MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

OEG - Objetivos Estratégicos da Gestão

OTG - Objetivos Estratégicos Transversais da Gestão

NBC - Norma Brasileira de Contabilidade

NDI - Núcleo de Desenvolvimento Institucional

Paint - Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

Proplan - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

QACI - Questionário de Avaliação do Controle Interno

SA - Solicitação de Auditoria

STI - Superintendência de Tecnologia da Informação

Sedap - Secretaria de Administração Pública da Presidência da República

Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	04
2. RESULTADO DOS EXAMES.....	05
2.1 CONSTATAÇÃO: PRECARIIDADE NA IDENTIFICAÇÃO E GESTÃO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO DO LIVRO E NO ATINGIMENTO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	05
2.2 CONSTATAÇÃO: RESTRIÇÃO AO ACESSO PELO USO EXCLUSIVO DE FORMATO PDF.....	09
2.3 CONSTATAÇÃO: FRAGILIDADE NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E NA GUARDA DE VALORES.....	11
2.4 CONSTATAÇÃO: INADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS.....	11
2.5 CONSTATAÇÃO: PRECARIIDADE NA IDENTIFICAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	15
3. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS, GESTÃO DE RISCOS DA UNIDADE E GOVERNANÇA.....	17
4. CONCLUSÃO.....	20
ANEXOS.....	21
ANEXO 1 – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA.....	21
ANEXO 2 – RESPONSABILIDADE DAS PARTES.....	25
ANEXO 3 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	26

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna (Audin) da Universidade Federal do Espírito Santo, cumprindo as atribuições estabelecidas no Decreto nº 3.591, de 06.09.2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16.07.2002, e em observância ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT para o exercício de 2022, aprovado pela Resolução Cun/Ufes/Nº 1, pelo Conselho Universitário em 27 de janeiro de 2022, e em atendimento à Ordem de Serviço nº 05/2022, realizou o presente trabalho com os objetivos de verificar o cumprimento do objetivo para o qual a Edufes foi criada, tendo como referência a missão, a visão e os valores da Editora, os critérios definidos para a seleção do conteúdo a ser publicado, a adoção da transparência nos processos internos e a comunicação com o público interno e externo, assim como a estrutura de controles internos, os riscos organizacionais e a governança.

Esta ação de auditoria está alinhada com os objetivos e metas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2030 da Ufes. Contribui especialmente para o atingimento dos Objetivos Estratégicos da Gestão (OEG) de fortalecer mecanismos de governança (OEG1) e de assegurar uma gestão ética, democrática, transparente, participativa e efetiva (OEG2). Também colabora para atingir os Objetivos Estratégicos Transversais da Gestão (OTG) de prover infraestrutura adequada às atividades da Universidade (OTG2).

Os trabalhos foram realizados no período de 01.06.2021 a 17.10.2022, por meio das técnicas de indagação escrita, exame documental e observação, tendo sido realizada, ainda, reunião preliminar com a área auditada para apresentação da equipe de auditoria e entendimento dos macroprocessos.

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

2. RESULTADOS DOS EXAMES

2.1 CONSTATAÇÃO: PRECARIIDADE NA IDENTIFICAÇÃO E GESTÃO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO DOS LIVROS E NO ATINGIMENTO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Causa: inobservância das normas regulamentadoras e fragilidade no atingimento dos objetivos estratégicos

Análise da auditoria:

Na análise dos processos internos da Edufes, a partir de entrevistas realizadas em visitas *in loco* e com base nas respostas às solicitações de auditoria, verificamos que há fragilidade na mensuração e no gerenciamento dos custos de produção dos livros, pois há apenas um elemento na determinação do custo (valor de impressão). Essa fragilidade tem impacto na precificação do produto, assim como na tomada de decisões estratégicas e gerenciais, tendo em vista que os gestores públicos necessitam de informações consistentes e amplas para o efetivo cumprimento de suas funções decisórias.

Nesse sentido, citamos a seguir alguns normativos que ressaltam a importância da mensuração e do gerenciamento de custos no setor público.

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT 16.11), ao estabelecer as regras básicas para mensuração e evidenciação de custos no setor público, orienta que sejam mensurados, registrados e evidenciados os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações e outros objetos de custos da entidade, apoiando a avaliação de resultados e desempenhos e permitindo a comparação com outras entidades públicas, como também a tomada de decisão em processos internos.

Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000, art. 1º, § 1º) estabelece que o serviço público deve possuir uma gestão fiscal responsável e transparente, possibilitando o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições por ela estabelecidos, sendo a contabilidade de custos um dos instrumentos para o controle gerencial e a transparência dos serviços.

Também a NBCT 34, que terá vigência a partir de 01.01.2024, dispõe sobre o objetivo da informação de custos como ferramenta de auxílio aos processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização (itens 2 e 14).

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 61/22, item 3, ao ser questionada sobre o processo de precificação, a unidade informou que, em regra, aplica 100% sobre o valor de impressão, avaliando esse percentual conforme o assunto, o potencial de demanda da obra e o valor de títulos semelhantes disponíveis no mercado. Por exemplo, um livro cuja impressão de cada unidade custou R\$ 15 tem seu preço de venda próximo a R\$ 30. Acrescentou que o objetivo da Editora não é o lucro, mas a garantia de que parte dos custos de produção sejam recuperados com a venda dos livros e que, a partir do custo de impressão, é possível calcular uma sugestão de preço de venda.

A partir de informações prestadas pela unidade sobre as atividades envolvidas com a produção de um livro, tendo sido consideradas as diretamente relacionadas, o quantitativo de dias despendidos em cada uma das fases, a tiragem mínima de 300 livros, e considerando a remuneração média dos servidores envolvidos nas referidas etapas, calculamos um custo médio de produção por livro, demonstrado na Tabela 1. O custo da impressão, tendo em vista ser variável, e uma vez que já é levado em consideração pela Edufes no processo de precificação, foi mencionado na referida tabela a título de informação.

Tabela 1 – Custo fixo da mão de obra direta do livro publicado pela Edufes

Etapas de produção	Dias	Remuneração média/mês	Remuneração média/dia	Custo de pessoal
Revisão inicial	120	R\$ 8.529,49	R\$ 284,32	R\$ 34.117,96
Projeto gráfico	10	R\$ 7.598,32	R\$ 253,28	R\$ 2.532,77
Revisão final	30	R\$ 8.529,49	R\$ 284,32	R\$ 8.529,49
Custo de pessoal total				R\$ 45.180,22
Quantidade de livros				300
Custo fixo unitário				R\$ 150,60
Custo de impressão	Valor variável (entre R\$ 9,00 e R\$ 53,00), conforme previsto na Ata de Registro de Preços nº 5/2021			
Custo total unitário (custo fixo unitário + custo de impressão)	Valor variável entre R\$ 159,60 (R\$ 150,60 + R\$ 9,00) e R\$ 203,60 (R\$ 150,60 + R\$ 53,00)			

Logo, o custo unitário total do livro variou de R\$ 159,60 a R\$ 203,60, considerando o custo fixo de pessoal e o custo variável de impressão. Ressaltamos que não foram considerados outros gastos, como custos de material de expediente, de energia elétrica, de água etc., que elevariam o valor da unidade produzida.

Além disso, verificamos que foram praticados, nos períodos avaliados, descontos nos seguintes percentuais: 20%, 25%, 30%, 35%, 40%, 50% e 51,43%; e que foram realizadas doações correspondentes aos percentuais de 51,56%, em 2021, e 17,6%, de janeiro a julho de 2022, do total de livros impressos, conforme Tabela 2. Segundo a unidade, as doações são realizadas nas seguintes situações: aos autores e organizadores dos livros; aos pareceristas que avaliam os conteúdos das obras no processo seletivo; em projetos, como o *Bem-Livros à Ufes*¹; em eventos dos quais a Edufes participe e em doações institucionais. Já os descontos são concedidos no percentual de 20% em compras em dinheiro na livraria, no percentual de 30% para autores e livreiros e em percentuais maiores por ocasião de promoções com vistas à redução do estoque.

¹ Projeto em que o aluno ingressante na Ufes tem direito de receber um ou mais livros da Edufes, no valor total de até R\$ 50.

Tabela 2 – Descontos e doações

Período	Tipo desconto	Quantidade
Jan a dez/2021	20%	1
	25%	1
	30%	13
	35%	1
	40%	1
	50%	11
	51,43%	1
	100%*	33
Total		62
Jan a jul/2022	20%	105
	25%	0
	30%	11
	40%	0
	50%	1
	51,43%	0
	100%*	25
Total		142

*Os descontos de 100% referem-se aos casos de doação.

Tendo como parâmetro o custo de produção do livro e os montantes de descontos e doações realizados, cabe uma avaliação por parte da Edufes, de modo a verificar se a unidade está atingindo os objetivos estratégicos pretendidos, considerando sua missão: “promover a difusão de conhecimento e cultura, de forma ampla, por meio da produção de conteúdo editorial e do desenvolvimento de atividades, visando ao aperfeiçoamento técnico, científico e cultural, tanto da comunidade acadêmica da Ufes, quanto da comunidade externa em âmbito regional, nacional e internacional”, assim como a sua visão: “ser conhecida como uma editora que desempenha suas atividades alinhada às necessidades e expectativas de seus públicos, de forma eficiente e primando pela excelência técnica”.

Nota-se que a produção de informação de custo de maneira clara e precisa, e sua gestão contribuem para a correta definição do preço de venda do produto (livro), mas também influenciam na governança pública, uma vez que direciona para a melhoria da qualidade do gasto público. As informações de custo servem ao usuário como ferramenta de auxílio aos processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização, sendo útil para subsidiar a avaliação de políticas públicas, apresentando os resultados alcançados (itens 76 e 77 da NBCT 34).

Nesse sentido, considerando que o último lançamento de livros com vendas realizadas ocorreu em 2019 (os lançamentos de 2021 e 2022 ainda não tiveram as vendas iniciadas), utilizamos uma amostra de 26 títulos publicados no referido ano, para comparar os quantitativos de obras impressas e vendidas, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Publicações 2019: impressões x vendas

Título do livro	Quant. impressa	Quant. vendida
A construção da concepção centro e periferia no pensamento econômico/Das teses do imperialismo às teorias da dependência	450	23
A notícia como máquina de guerra/Análises dos discursos sobre a Petrobrás e a produção de petróleo e gás nos jornais: um enfoque no Espírito Santo	400	64
A pesquisa sob o enfoque dos estudos do círculo de Bakhtin	450	67
Arte Humana, demasiado humana/Considerações sobre a fisiologia da estética de Nietzsche	400	7
As cartas de elogio de Plínio, o Jovem	400	6
Cachaça, suores, amores: deuses que dançam e processos de formação em saúde	500	14
Convivendo com residências terapêuticas	400	6
Dicionários de engenheiros e construtores atuantes na capitania e na província do Espírito Santo	50	11
Educação e pobreza: políticas e práticas	400	18
Entre literatura e música	400	17
Entrelaçamento de vozes em Vidas Secas, de Graciliano Ramos	400	62
Escrever, imprimir, ler/ objetos culturais & literatura	400	15
Escritas em artes	400	7
Frederico Morais/a crítica de arte e seus desdobramentos	400	23
Interpretações de linguagens artísticas em Gerd Bornheim	400	17
A filha de Mrs. Dalloway (4º prêmio Ufes de literatura)	300	96
As cores de Tó (4º prêmio Ufes de literatura)	300	127
As matrioskas (4º prêmio Ufes de literatura)	300	124
Ruínas (4º prêmio Ufes de literatura)	300	31
Sentença (4º prêmio Ufes de literatura)	300	17
Ucideia (4º prêmio Ufes de literatura)	300	65
Os manicômios judiciais na biopolítica contemporânea/ética, testemunho e psicanálise	450	20
Relatos de investigação em psicologia	500	9
Sentidos y prácticas sobre la educación y los usos del cuerpo/Intercambios académicos entre Argentina, Brasil, Colombia y Uruguay	600	3
Sete ensaios sobre os imperialismos/literatura e biopolítica	400	23
Sociedade & Cultura/ Experiências intelectuais na modernidade	400	31

Observamos que, em todos os casos, o quantitativo de vendas foi inferior a 50% da tiragem produzida, representando, em sua maioria, menos de 20% do total impresso.

A título de informação, as publicações em meio digital não foram utilizadas na amostragem, tendo em vista que a estatística de acesso e *downloads* apresentada no repositório institucional não pôde ser considerada válida em virtude de contabilizar também os acessos por meio de robôs (*bots*).

Isso posto, ainda que a Edufes não tenha finalidade lucrativa, as informações de custo são um instrumento relevante, pois direcionam para uma gestão mais eficiente, com vistas à governança pública e à transparência do serviço público executado. Por sua vez, a boa utilização das técnicas de *marketing* na produção e divulgação das obras, de forma a atingir o público usuário de modo mais assertivo, está relacionada com uma gestão mais eficaz, na busca sistemática por resultados.

À Edufes:

2.1.1 Recomendação: aprimorar a gestão de *marketing* da Edufes e melhorar a comunicação com o público usuário, identificando seus hábitos, preferências e percepções, a fim de atingir um número maior de leitores e disseminar o conhecimento, de forma alinhada à missão da Edufes.

2.1.2 Recomendação: realizar a identificação e a gestão das informações do custo unitário do livro e considerá-las no processo de precificação na cobertura do custo de produção.

2.1.3 Recomendação: estimar os quantitativos a serem impressos, para adequar a tiragem à quantidade vendida, visando à melhor apropriação do recurso público na demanda a ser produzida, evitando gastos que não serão nem absorvidos pelas vendas, e, por conseguinte, sem a disseminação do conhecimento.

2.1.4. Recomendação: abster-se de realizar descontos que tornem o preço final do livro menor do que o custo de impressão.

2.2 CONSTATAÇÃO: RESTRIÇÃO AO ACESSO PELO USO EXCLUSIVO DE FORMATO *PORTABLE DOCUMENT FORMAT* (PDF)

Causa: fragilidades na disponibilização de arquivos digitais

Análise da auditoria:

A partir das análises realizadas no site da Edufes e no repositório institucional de livros digitais, e com base nas respostas da unidade às solicitações de auditoria, constatamos a utilização exclusiva do formato *Portable Document Format* (PDF) na publicação dos livros em repositório institucional, o que acaba por limitar o acesso às obras, uma vez que atualmente existem outros formatos, como *Electronic Publication* (epub) e *Mobipocket* (mobi). Estes últimos formatos são mais específicos e apropriados para a leitura de livros digitais, uma vez que são mais elásticos, adaptam-se e se diagramam de acordo com o tamanho da tela utilizada pelo usuário, sem se deformar ou separar erradamente as sílabas, como ocorre com o PDF.

A plataforma da Edufes utiliza o *software open source* Omeka,² enquanto o Repositório da Ufes utiliza o DSpace³, também *open source*.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 77/2022, item 2, na qual foi solicitada à Edufes que justificasse o não uso de formatos de *e-books*, como *epub* e *mobi*, na publicação de livros em meio digital, a unidade informou que a escolha do formato PDF se deu em razão da plataforma utilizada para disponibilização das obras, a qual não está preparada para receber os formatos *epub* e *mobi*.

² <https://omeka.org/>

³ <https://github.com/DSpace/DSpace>

O mesmo questionamento foi feito à Biblioteca Central da Ufes, por meio da Solicitação de Auditoria nº 76/2022, item 3, ao que a unidade respondeu: “O Repositório disponibiliza o arquivo no formato gerado e depositado (autodepósito) pela Edufes. Essa alteração de formato deveria ser promovida pela própria Edufes”.

Em entrevista realizada com os servidores da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da Ufes que executaram a instalação do *software* do repositório institucional, também foi perguntado sobre o não uso dos formatos *epub* e *mobi* na publicação dos livros digitais. Os servidores explicaram que não há limitação na plataforma para inserção dos referidos formatos, mas sim necessidade de atualização dela.

Constatamos ainda que a plataforma digital onde são publicados os livros apresenta limitações, pois não oferece a possibilidade de gerar relatórios de gestão, como informações sobre acessos e *downloads*, dificultando o gerenciamento desses dados pelo gestor da unidade.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 77/2022, item 4, quando solicitado que fosse informado o número de *downloads* de determinados títulos, realizados no período de julho/2021 a julho/2022, a unidade manifestou que existe uma limitação no atual *site* que hospeda as publicações e que, para visualizar essa informação, é necessário acessar cada obra por meio do *link* da coleção Edufes, selecionar o título e clicar em visualizar estatísticas. Mesmo desse modo, verificou-se que não são fidedignas as informações geradas quanto ao quantitativo de visualizações e *downloads*, assim como dos *rankings* de visitas (por países e cidades), tendo em vista contabilizar os acessos por robôs (*bots*), *softwares* utilizados para acesso automáticos a sites com intuito de identificar fragilidades para eventuais ataques virtuais.

A título de boa prática, citamos a divulgação, por meio de gráfico, da quantidade de *downloads* realizados, nos últimos 12 meses, de cada livro publicado em meio digital no *site* da editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), prática que serve tanto ao controle gerencial sobre o acesso às obras quanto à transparência e ao controle social.

À Edufes:

2.2.1 Recomendação: aprimorar a publicação dos livros em meio digital, utilizando tecnologia que permita a ampliação do uso de formatos mais apropriados para a leitura de livros digitais, como *epub* e *mobi*, com vistas a ampliar o acesso às obras.

2.2.2 Recomendação: atuar juntamente com a Superintendência de Tecnologia da Informação, para que seja aprimorada a plataforma de publicação de livros digitais, de modo a incluir novas funcionalidades que permitam aos gestores ações gerenciais, assim como o controle do número de acessos e *downloads* das obras disponíveis no repositório digital.

À Superintendência de Tecnologia da Informação:

2.2.3 Recomendação: aprimorar a plataforma de publicação de livros digitais, de modo a incluir novas funcionalidades que permitam aos gestores ações gerenciais, assim como o controle do número de acessos e *downloads* das obras disponíveis no repositório digital.

2.3 CONSTATAÇÃO: FRAGILIDADE NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E NA GUARDA DE VALORES

Causa: fragilidades da gestão da segurança e manutenção preventiva de equipamentos.

Análise da auditoria:

Em visitas *in loco* realizadas na livraria da Edufes, constatamos que os extintores de incêndio que existem no local estão com prazo de recarga vencido, assim como o laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros está pendente de regularização.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 72/2022, item 7, ao ser solicitada a disponibilização do laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros referente ao espaço da livraria e estoques, a unidade informou que “atualmente a editora/livraria não está com alvará de licença válido em função dos períodos sem atendimento presencial (covid 19)” e que foi realizado o pedido de recarga dos extintores à Diretoria de Manutenção da Superintendência de Infraestrutura para, posteriormente, ser solicitada a vistoria ao Corpo de Bombeiros.

Ainda, verificamos que as formas de pagamento das obras vendidas na livraria são: dinheiro ou via Guia de Recolhimento da União (GRU), sendo constatado que os valores em dinheiro recebidos e utilizados como troco estão sendo armazenados sem a segurança devida na livraria, uma vez que não existe cofre no local e os depósitos dos valores arrecadados com a venda, que são realizados na conta única da Ufes, não são feitos diariamente. Tendo em vista que as vendas em dinheiro são poucas, é juntado um valor maior para realização do depósito, conforme informação de servidor que atua como livreiro.

À Edufes:

2.3.1 Recomendação: acompanhar o pedido de recarga dos extintores junto à Diretoria de Manutenção Superintendência de Infraestrutura e solicitar a vistoria ao Corpo de Bombeiros para renovação do alvará, a fim de regularizar a situação da segurança contra incêndio nos ambientes da livraria e estoques de livros. Apresentar à Audin a comprovação da regularização junto ao Corpo de Bombeiros.

2.3.2 Recomendação: providenciar a instalação de cofre no espaço da livraria, assim como aumentar a frequência com que são realizados os depósitos de valores recebidos, na conta da Ufes, devendo o recolhimento ser feito por GRU, com vistas a ampliar a segurança na guarda do dinheiro.

2.4 CONSTATAÇÃO: INADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS

Causa: fragilidade na gestão do espaço físico

Análise da auditoria:

A partir de visitas realizadas *in loco* e de entrevistas com o gestor da unidade e com o servidor que atua na livraria, constatamos inadequações de espaços físicos, tanto no armazenamento de livros quanto na infraestrutura de ambientes de trabalho dos servidores da unidade.

Com relação ao estoque físico, verificamos que as obras estão armazenadas em três espaços, a saber: uma sala dentro do ambiente administrativo da Edufes, um espaço (corredor) dentro da livraria e uma sala localizada ao lado da livraria, no ambiente do Centro de Vivência, demonstrados nas imagens de 1 a 4, a seguir. No estoque localizado dentro da Edufes, foi observada a existência de um vão entre a parede e o telhado, gerando falta de vedação no espaço, o que não é recomendado, já que expõe o ambiente interno às intempéries e possibilita o acesso de animais, comprometendo a preservação dos livros.

Conforme a Instrução Normativa nº 205/88 da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap), item 4.1, “a”, dentre os principais cuidados na armazenagem de materiais, estão os seguintes: “os materiais devem ser resguardados contra o furto ou roubo, e protegidos contra a ação dos perigos mecânicos e das ameaças climáticas, bem como de animais daninhos”. Além disso, na armazenagem dos livros, deve-se atentar aos critérios dispostos no item 4.1, alíneas “c”, “f”, “i” e “l”, quanto a uma forma de estocagem que possibilite fácil inspeção e rápido inventário, arrumação que não prejudique o acesso às partes de emergência e aos extintores de incêndio, a circulação de pessoas pertencentes ao Corpo de Bombeiros, a conservação nas embalagens originais e, quando empilhados, atentar para a segurança e a altura das pilhas e para o arejamento (distância do teto e das paredes). O espaço total destinado ao depósito também foi considerado reduzido, considerando o volume de livros a serem armazenados.



Imagem 1 – Estoque localizado dentro da livraria



Imagem 2 – Estoque ao lado da livraria



Imagens 3 e 4 – Estoque localizado dentro do ambiente administrativo da Edufes, com vão entre parede e telhado

Relativamente aos ambientes de trabalho, verificamos que há sala com sinais de infiltração na parede, assim como outras com rachaduras, além de ventilação insuficiente, considerando um local de atividade permanente, conforme imagens de 5 a 8:



Imagem 5 – Sala com sinal de infiltração



Imagem 6 – Sala com rachadura



Imagem 7 – Sala com rachadura



Imagem 8 – Sala com ventilação inadequada

À Edufes:

2.4.1 Recomendação: adequar os estoques físicos, observando os critérios de armazenagem recomendados na norma regulamentadora (Instrução Normativa nº 205/88-SEDAP) e destacados no presente Relatório de Auditoria.

2.4.2 Recomendação: solicitar à Superintendência de Infraestrutura ações de manutenção nas salas da Edufes, assim como ampliação/readequação do espaço físico, tanto para fins de atividades laborais quanto para armazenagem/estoque de livros.

À Superintendência de Infraestrutura

2.4.3 Recomendação: realizar ações de manutenção necessárias nas salas de trabalho da Edufes que apresentam sinais de infiltração e rachaduras, além de ventilação inadequada, assim como para dar suporte à unidade quanto à ampliação de espaço físico visando à armazenagem/estoque de livros, assim como para as próprias atividades laborais dos servidores lotados na Editora.

2.5 CONSTATAÇÃO: PRECARIIDADE NA IDENTIFICAÇÃO E NO GERENCIAMENTO DE RISCOS

Causa: inobservância da legislação regulamentadora

Análise da auditoria: a partir das análises realizadas, e com base nas respostas da unidade auditada, observamos que são precários a identificação e o gerenciamento de riscos existentes.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 49/2022, itens 1, 2 e 4, sobre o mapeamento dos processos de trabalho e identificação e mensuração dos eventos de riscos que possam comprometê-los, a unidade informou que os macroprocessos, riscos ou ameaças estão documentados no planejamento estratégico 2020-2021, disponível no site da Edufes.

No referido planejamento estratégico, foram identificadas missão, visão, valores, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, assim como estratégias definidas para lidar com questões que dificultam o cumprimento da missão da organização de forma satisfatória.

Não há, contudo, um mapeamento dos macroprocessos propriamente dito, com identificação dos processos mais críticos e elementos de avaliação e respostas aos riscos, realizado juntamente com a Coordenação de Planejamento Institucional da Proplan.

A Instrução Normativa nº 1/2016 da Controladoria-Geral da União/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal, explica sobre os princípios que devem orientar a implementação dos controles internos da gestão do órgão ou entidade, dentre os quais destacamos os seguintes: mapeamento das vulnerabilidades que impactam os objetivos, de forma que sejam adequadamente identificados os riscos a serem geridos, e o

desenvolvimento e a implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos (art. 8º, VII e IX).

Nesse sentido, é importante que cada unidade da instituição tenha os riscos inerentes às suas atividades identificados e avaliados, e as respostas a esses riscos estabelecidas, de modo compatível com o seu apetite ao risco (art. 74 da IN nº 3/2017-CGU/MP). Ademais, considerando a Portaria do Reitor nº 1.072, de 11 de maio de 2017, que dispõe sobre a instituição da Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da Ufes, o Setor de Governança, Gestão de Riscos e Controles/NDI/Proplan possui papel fundamental para auxiliar no funcionamento das estruturas de integridade, gestão de riscos e controles internos da gestão nos processos de trabalho (art. 20, VII).

À Edufes

2.5.1 Recomendação: realizar o mapeamento dos macroprocessos críticos da unidade, em conjunto com a Coordenação de Planejamento Institucional/Proplan.

2.5.2 Recomendação: identificar e descrever os principais riscos nos macroprocessos da unidade, assim como desenvolver os controles internos para mitigá-los, com o apoio do Núcleo de Desenvolvimento Institucional da Proplan, conforme Portaria do Reitor nº 1.072/2017.

À Coordenação de Planejamento Institucional / Proplan

2.5.3 Recomendação: atuar junto à Edufes para realizar o mapeamento dos macroprocessos críticos da unidade.

Ao Núcleo de Desenvolvimento Institucional / Proplan

2.5.4 Recomendação: atuar junto à Edufes para realizar a identificação e o mapeamento dos principais riscos das atividades da unidade, assim como a elaboração e implementação dos controles internos, conforme art. 20, VII, da Portaria do Reitor nº 1.072/2017.

3. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS, GESTÃO DE RISCOS DA UNIDADE E GOVERNANÇA

Em consonância com a ação de auditoria nº 4 do Pain/2022, os trabalhos realizados também versaram sobre a estrutura de controles internos e gestão de riscos da unidade, visando, com isso, buscar entender a situação em que se encontram os controles do setor.

Conforme o modelo COSO⁴ de avaliação de riscos e controles internos, as entidades devem buscar conhecer seu ambiente de atuação para desenvolver as próprias atividades e processos segundo os componentes e princípios do referido modelo. Dessa forma, o desenvolvimento interno das unidades administrativas visa prestar serviços públicos mais eficientes, agregando valor à gestão pública.

A governança, por sua vez, insere-se nesse contexto como o elo entre a sociedade usuária e financiadora das atividades estatais e a gestão dos órgãos públicos.

Conforme Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a governança orienta-se pelas seguintes diretrizes:

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

II - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

IV - articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

VI - implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores (grifo nosso).

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufes (PDI 2021-2030) define, dentre outras diretrizes, que a instituição deve “focar o propósito da organização em resultados para usuários das atividades fins [...]”, dispondo para isso de um “sistema eficaz de gestão de riscos”.

Sendo assim, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, por meio da Portaria do Reitor nº 1072/2017, estabeleceu a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles da Gestão, para observância de todas as unidades administrativas. E, junto a isso,

⁴ *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

destacou o papel das instâncias de supervisão, “com o objetivo de integrar as atividades de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão nos processos e atividades organizacionais”.

Art. 14 Compõem as Instâncias de Supervisão:

I – o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC);

II – o Setor de Governança, Gestão de Riscos e Controles do Núcleo de Desenvolvimento Institucional da Proplan, que funcionará como Assessoria Especial de Controle Interno;

III – os grupos de trabalho responsáveis pela gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão das respectivas pró-reitorias, dos órgãos suplementares, dos centros acadêmicos, das unidades gestoras e das unidades complementares.

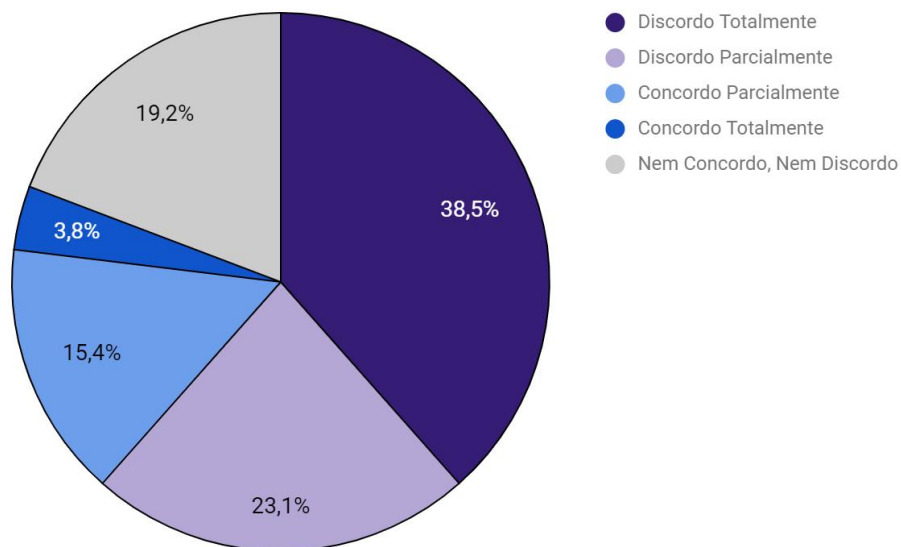
IV – o gestor de processos de gestão.

Diante disso, a Audin, como órgão de apoio à governança, desenvolve seus trabalhos visando garantir que as unidades auditadas desenvolvam sua gestão de riscos e controles internos. Ou seja, os setores, além da condição de auditados, são colaboradores desse processo para desenvolver as atividades da Universidade.

Em análise à resposta apresentada pela Edufes, conforme consta no Gráfico 1, temos o seguinte a observar:

O questionário QACI refere-se a perguntas fechadas através das quais a Auditoria Interna procura entender e analisar como se encontram os controles internos da unidade. Com base nas respostas ao questionário, o Gráfico 1 demonstra a distribuição de frequência das respostas do questionário de controles internos.

Gráfico 1 – Distribuição de frequência das respostas ao questionário de controles internos



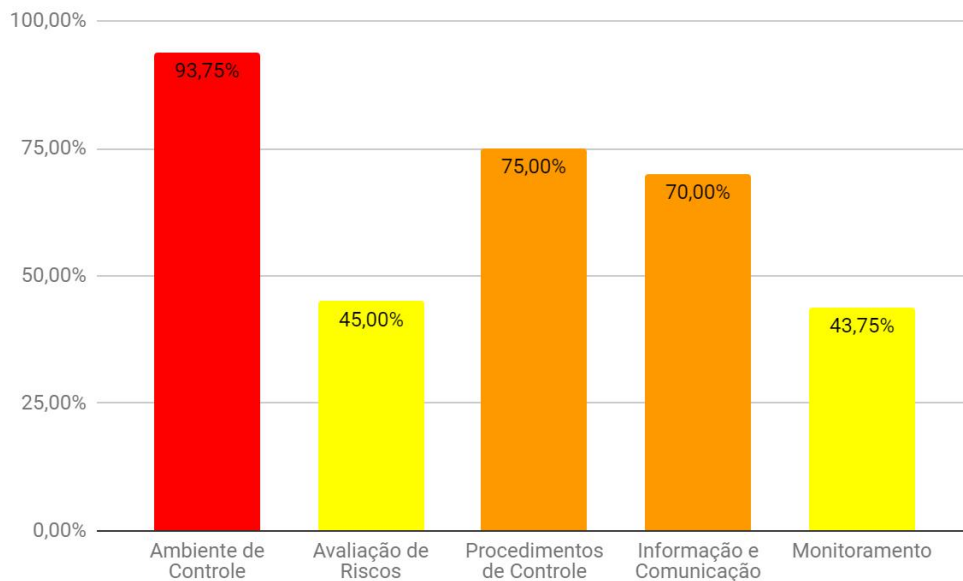
Fonte: elaboração própria.

Conforme pode ser observado, o nível de avaliação mais reportado foi discordo totalmente, representando 38,5% das respostas. Seguidos dos níveis de avaliação discordo parcialmente

(23,1%), concordo parcialmente (15,4%) e nem concordo, nem discordo (19,2%). O nível de avaliação concordo totalmente representou apenas 3,8% das respostas. Nesse sentido, há existência de riscos que necessitam ser mitigados.

Com base nas respostas, ainda é calculado o grau de risco para cada um dos cinco componentes COSO, conforme demonstrado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Grau de risco dos componentes COSO



Fonte: elaboração própria.

Os componentes COSO se apresentaram, em sua maioria, com risco extremo e alto, nos seguintes percentuais: ambiente de controle (93,75%), procedimentos de controle (75,00%) e informação e comunicação (70,00%). Os componentes avaliação de riscos e monitoramento apresentaram risco médio com 45,00% e 43,75%, respectivamente.

Assim, a partir da análise das respostas enviadas pela Edufes à Auditoria, combinado com as constatações presentes neste relatório, fica evidente a necessidade de implementação de melhorias nos componentes, em especial e com maior prioridade às questões de ambiente de controle, procedimentos de controle e informação e comunicação.

Diante das análises, sugerimos, corroborando com as recomendações contidas na constatação 2.5:

- a) Realizar o mapeamento de todos os processos de trabalho, para aprimorar a gestão de riscos e controles da gestão, explicitando os principais itens de risco e suas respectivas respostas, em caso de ocorrência.
- b) Adotar procedimentos e rotinas de trabalho que melhorem o nível de implementação dos componentes de avaliação do COSO, tornando mais eficazes os procedimentos de controle.

4. CONCLUSÃO

Este relatório contém os registros decorrentes dos exames realizados na Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes).

Diante das falhas e impropriedades citadas, recomendamos encaminhá-lo à Edufes para conhecimento dos fatos relatados e adoção de medidas eficazes, visando ao pleno atendimento das recomendações efetuadas por esta Auditoria Interna.

Salientamos que o trabalho em conjunto com a Unidade de Auditoria é indispensável à melhoria dos processos e do controle interno administrativo, possibilitando a aderência à legislação e às condições indispensáveis para alcançar a regularidade na avaliação da gestão da Universidade pela Controladoria-Geral da União e, posteriormente, no julgamento das contas pelo Tribunal de Contas da União.

Vitória/ES, 22 de dezembro de 2022.

Juliana Cruz Alves Lopes
Auditor Interno Governamental

Bruno Henrique Picon de Carvalho
Auditor Interno Governamental

ANEXOS

ANEXO 1 - MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA

Constatação 2.1

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 61/2022, no documento avulso nº 23068.078982/2022-80:

“Sim. Os livros produzidos pela Edufes, após impressão, são recebidos na Livraria. Como todos os livros que chegam são recebidos com nota fiscal, é feita a conferência e recebimento por meio deste documento. Após recebidos e conferidos os livros, parte da quantidade, conforme estabelecido em contrato, é separada para os autores/organizadores da obra (cota única de 10% para autor/es e cota única de 20% para organizador/es, sendo que, em ambas as modalidades, os exemplares da cota poderão ser divididos/distribuídos à livre escolha dos autores/organizadores). Após realizado o pagamento da cota dos autores/organizadores, a quantidade restante é cadastrada e registrada em planilha eletrônica para controle de estoque, onde são subtraídas as saídas e feito um controle permanente através de relatórios emitidos no próprio sistema.” (item 1).

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 61/2022, no documento avulso nº 23068.078982/2022-80:

“Em geral, aplicando-se 100% ao valor de impressão, resulta um preço adequado para a venda. Assim, um livro que custou 15 reais a unidade para impressão, seu preço de venda deverá ser próximo a R\$ 30,00. Adicionalmente, o preço de cada livro é avaliado de acordo com o assunto, potencial de demanda da obra, bem como o valor de títulos semelhantes disponíveis no mercado. Lembrando que o objetivo da Editora não é o lucro, mas garantir que parte dos custos de produção sejam recuperados com a venda dos livros. Além disso, todos os títulos possuem um custo de impressão, que consta na nota fiscal recebida pelo fornecedor (ata de registro de preços). Utilizando o custo de impressão é possível calcular uma sugestão de preço de venda que é analisado pela gestão.” (item 3).

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 72/2022, no documento avulso nº 23068.087966/2022-88:

Realizamos periodicamente, pelos menos uma vez no ano, uma avaliação do estoque para analisar os títulos que demandam atenção, que necessitam de ações de promoção e divulgação em função de estoque mais elevado, assim como os livros que estão esgotados e necessitam de reedição (caso exista demanda e recurso para tanto). Com relação aos livros com estoque elevado, transcorridos 6 a 12 meses depois de lançados, são realizadas promoções com descontos atrativos (até 50%) com o objetivo de aumentar o interesse do público e reduzir o estoque. Essas estratégias são utilizadas preferencialmente no início de cada semestre letivo, aproveitando o aumento no fluxo de usuários da livraria.” (item 5).

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 77/2022, no documento avulso nº 23068.092229/2022-05:

“A Edufes utiliza estratégias de promoção, oferecendo descontos de até 50% em períodos selecionados para estimular o público interno e/ou externo a adquirir as obras publicadas pela editora. Entre os critérios utilizados, estão desde obras que foram lançadas há mais de um ano, quantidade em estoque ou foco em alguma data/ação comemorativa. Nas redes sociais, Instagram, Facebook e Twitter, perfis @edufeseditora, divulgamos livros recém-lançados, fotos de obras em destaque no mostruário de entrada da Livraria (ação na qual, semanalmente, atualizamos esse mostruário de acordo com temáticas), eventos dos quais a Edufes participa, dicas de leituras conforme datas celebrativas. Além disso, já realizamos e pretendemos retomar o projeto Bem-livros à Ufes, que oferece vales aos alunos ingressantes da universidade, permitindo que eles possam conhecer a Livraria e a Edufes e consumir os livros produzidos pela instituição.” (item 1).

Constatação 2.2

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 72/2022, no documento avulso nº 23068.087966/2022-88:

“Atualmente a Editora/livraria não está com Alvará de licença válido em função dos períodos sem atendimento presencial (covid 19). Estamos regularizando a situação, primeiro aguardando a recarga dos extintores junto à Diretoria de Manutenção da Superintendência de Infraestrutura (Chamado: 68647) e posteriormente um pedido de vistoria junto ao corpo de bombeiros para verificação e emissão do alvará.” (item 7).

Constatação 2.3

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 61/2022, no documento avulso nº 23068.078982/2022-80:

“Os livros são armazenados no depósito da Livraria (existe um interno e outro anexo a livraria). Há sempre a preocupação com a conservação dos livros, mantendo os ambientes limpos e arejados para evitar agentes que possam danificar os livros.” (item 6).

Constatação 2.4

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 61/2022, no documento avulso nº 23068.078982/2022-80:

“Os livros digitais são disponibilizados via repositório institucional, que está sob responsabilidade da Biblioteca Central da Ufes e do STI, a qual poderá responder de forma mais assertiva o questionamento. Temos apenas login e senha para inserir e acompanhar o processo de inserção das obras.” (item 5).

Manifestação da Biblioteca Central em resposta à SA nº 76/2022, no documento avulso nº 23068.092225/2022-19:

“O software utilizado pelo Repositório da Ufes é o DSpace, nesse caso são adotadas as funcionalidades do software. No caso de recursos com acesso restrito é utilizada a

funcionalidade que permite embargar o documento por períodos pré-estabelecidos ou permanentemente. Também é atribuído um identificador persistente.” (item 1).

Manifestação da Superintendência de Tecnologia da Informação em resposta à SA nº 75/2022, no documento avulso nº 23068.092223/2022-20:

Não houve manifestação da unidade no documento avulso nº 23068.092223/2022-20.

Manifestação da Biblioteca Central em resposta à SA nº 76/2022, no documento avulso nº 23068.092225/2022-19:

“O Repositório disponibiliza o arquivo no formato gerado e depositado (autodepósito) pela Edufes. Essa alteração de formato deveria ser promovida pela própria Edufes.” (item 3).

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 77/2022, no documento avulso nº 3068.092229/2022-05:

“A escolha atual do formato PDF para publicação dos livros tem relação com a plataforma utilizada, atualmente os livros ficam disponíveis no repositório da Ufes, que está preparada para receber o formato PDF e não os outros dois formatos citados. Assim a escolha deve-se ao fato da tecnologia disponível/existente para disponibilizar as obras. A Edufes pode avaliar, futuramente, oferecer novos tipos de formatos, de acordo com a necessidade.” (item 2).

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 77/2022, no documento avulso nº 3068.092229/2022-05:

“[...] Com relação ao quantitativo de downloads dos livros digitais, informamos que temos atualmente 192 títulos disponíveis em catálogo no repositório institucional. O site atual que hospeda as publicações oferece algumas funcionalidades, como inserir novos títulos, metadados das obras, dos autores, Orcid, visualizar estatísticas de acesso das publicações, porém apresenta algumas limitações, uma delas é não oferecer relatórios de gestão, como de acessos e downloads das obras. Para visualizar essa informação é necessário acessar cada obra por meio do link da nossa coleção Edufes (<https://repositorio.ufes.br/handle/10/773>), selecionar o título e clicar em visualizar estatísticas, onde terá acesso às visualizações/downloads da obra desde a inserção na plataforma e dos últimos 6 meses. [...] Está em estudo a troca da versão atual do repositório por outra mais estável e com mais funcionalidades. Com a troca da versão esperamos resolver alguns problemas do sistema e obter novas funcionalidades.” (item 4).

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 77/2022, no documento avulso nº 23068.092229/2022-05:

“Por se tratar de obras digitais gratuitas, solicitamos, antes da disponibilização das obras, a assinatura de um termo de autorização pelos autores/organizadores das obras. A licença utilizada é a Creative Commons que é um tipo de licenciamento que permite utilização do conteúdo sem pagar royalties por ele.” (item 5).

Constatação 2.5

Manifestação da Edufes em resposta à SA nº 49/2022, no documento avulso nº 23068.065462/2022-15:

“As principais atividades desenvolvidas pela Edufes são: recebimento, avaliação e análise de originais de livros, preparação e revisão de textos, diagramação e projeto gráfico de livros e materiais publicitários para atender eventos e campanhas da Editora. Além disso, realizamos a comercialização dos livros na Livraria Universitária, fazendo o atendimento presencial aos alunos, servidores e público externo interessado nas obras publicadas pela editora. As atividades já eram mapeadas e foram documentadas no planejamento estratégico da Edufes, realizado em 2019, e disponível no site, no link: <https://edufes.ufes.br/plano-estrategico-2020-2021>”. (item 1).

“Os manuais ficam disponíveis no site da editora, para que todos tenham acesso, especialmente aqueles que desejam submeter obras nos editais, que são publicados periodicamente. Temos atualmente dois manuais disponíveis que foram desenvolvidos pela editora: o Manual de preparação e revisão da Edufes (versão 03/09/2021) e o Manual de design da Edufes (versão 17/09/2019), link de acesso: <https://edufes.ufes.br/como-publicar>. Esses manuais são reavaliados a cada ano e atualizados, conforme necessidade. Além disso, sugerimos para normalização de notas, citações e referências os livros: Normalização de referências NBR6023:2022 e de Normalização e apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos elaborados pela Biblioteca Central da Ufes e publicados pela Edufes, e disponíveis na versão digital gratuita no site e no repositório institucional”. (item 2).

“Os principais macroprocessos, que estão documentados no planejamento estratégico, são:

- Logística de entrada, relacionado aos recebimentos, triagem e avaliação de originais;
- Operações, que engloba preparação e revisão de textos, projeto gráfico e diagramação das obras e revisão final;
- Logística de saída, que envolve Impressão, armazenagem dos livros e envio para repositório institucional;
- Comunicação e vendas, que envolve gestão das vendas, gestão das mídias sociais, participação e promoção de eventos, gestão de projetos promocionais;
- Serviços, que envolve o pós-venda, atendimento a informações sobre eventos, atendimento aos autores etc. Os riscos ou ameaças aos macroprocessos já eram conhecidos, mas foram documentados e formalizados no planejamento estratégico da Edufes, realizado em 2019, e disponível no site, no link: <https://edufes.ufes.br/plano-estrategico-2020-2021>.” (item 4).

Fundamentada nas Normas Internacionais de Auditoria Interna do IIA – *The Institute of Internal Auditors* e com base na NBC TA 700, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 17 de junho de 2016, a Chefe da Auditoria Interna da Ufes, no uso legais de suas atribuições, faz-se incluir os seguintes parágrafos ao presente Relatório de Auditoria RA nº 2022005.

Responsabilidade da administração e da governança

Controles Internos

Os responsáveis pela governança da Entidade são os órgãos estatutários com responsabilidade pela elaboração, supervisão e aprovação pelos controles internos que ela determinou como necessários o controle e gestão dos recursos financeiros.

Prevenção e detecção de fraudes

Cabe ainda aos responsáveis pela governança a responsabilidade de prevenir e detectar fraudes ou erros através da implantação e operação contínua de sistemas contábeis e de controles internos adequados.

Responsabilidade e riscos de auditoria do auditor

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TI 01, a atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios. Eventuais riscos de auditoria podem ocorrer, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações. Tais riscos estão relacionados à possibilidade de que erros importantes, individualmente ou em conjunto, não sejam detectados pelas provas substantivas, em virtude da extensão do teste de auditoria ou da seleção de itens testados por meio de técnicas de amostragem.

Vitória/ES, 22 de dezembro de 2022.

CRÍSLEY DO CARMO DALTO
AUDITORA INTERNA GOVERNAMENTAL
CHEFE DA AUDITORIA INTERNA

Considerando a relevância do tema, recentemente foi recomendado pela Controladoria Geral da União (CGU), na Portaria nº 1.944, de 19/06/2019, como boa prática aos trabalhos de auditoria, considerar e propor recomendações acerca do tema, com embasamento nas respostas do gestor e achados de auditoria.

É importante frisar que, no âmbito do Poder Executivo Federal, o marco regulatório que orienta os órgãos e as entidades públicas à estruturação de mecanismos de controles internos, gestão de riscos e governança é a Instrução Normativa MP/CGU nº 01, de 10/05/2016.

Nesse sentido, todos os órgãos governamentais deverão implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar na consecução dos objetivos estabelecidos pelo poder público.

Tal normativo dispõe, ainda, sobre princípios, objetivos e estrutura dos controles internos da gestão. O Decreto nº 9.203, de 22/11/2017, por sua vez, dispõe acerca das diretrizes que devem ser adotadas na política de governança da Administração Pública Federal, destacando-se o art. 17, que confere atribuições à alta administração do Poder Executivo Federal sobre a gestão de riscos:

Art. 17 A alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios: I - implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público; II - integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais; III - estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício; e IV - utilização dos resultados da gestão de de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

Com vistas a dar cumprimento à IN MP/CGU nº 01/2016, e utilizando como parâmetros os *frameworks* (princípios e conceitos para a gestão de riscos corporativos), o modelo de avaliação de risco recomendado na Administração Pública fundamenta-se no guia *Internal Control – Integrated Framework* – pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO – Enterprise Risk Management - Integrated Framework – COSO-ERM*.

Essa metodologia destaca-se por apresentar a avaliação da sistematização dos controles internos nas entidades, por meio de cinco componentes de gerenciamento dos controles internos: ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; informações e comunicações e monitoramento. Além disso, a estrutura prevê ainda 17 princípios, os quais representam os conceitos fundamentais associados a cada componente, de forma que, ao

aplicá-los, uma organização poderá ter um controle interno eficaz, além de convergir para os objetivos operacionais, de divulgação e de conformidade, conforme exposto no Quadro 2:

Quadro 2 – Princípios relacionados aos componentes do controle interno

Componente	Princípios	
Ambiente de Controle	1	A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.
	2	A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.
	3	A administração estabelece, com a suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.
	4	A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos.
	5	A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.
Avaliação de Riscos	6	A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.
	7	A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.
	8	A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.
Procedimentos de Controle	9	A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.
	10	A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.
	11	A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.
Informação e Comunicação	12	A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.
	13	A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.
	14	A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.
Atividades de Monitoramento	15	A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.
	16	A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.
	17	A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável.

Fonte: COSO1.

A metodologia do COSO constitui-se em um questionário que aborda 26 perguntas que, por sua vez, são respondidas com base em uma escala de valores que definem o nível de avaliação para cada questão. Foi acrescentada uma quinta opção para resposta, "nem concordo, nem discordo", com valor atribuído 2. As avaliações ficaram demonstradas conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Escala de valores atribuídos aos componentes do controle interno

0	Concordo totalmente	Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da Unidade.
1	Concordo parcialmente	Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da Unidade, porém, em sua maioria.
2	Nem concordo, nem discordo	Significa que o fundamento descrito na afirmativa é inconclusivo.
3	Discordo parcialmente	Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da Unidade, porém, em sua minoria.
4	Discordo totalmente	Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da Unidade.

Os resultados por componente do COSO são classificados em uma matriz que definirá o grau do risco em termos percentuais para cada componente, conforme Fórmula 1:

$$\text{Risco} = (\sum x_i) / (4n) \quad (1)$$

Onde x_i consiste na nota atribuída à i -ésima questão do componente analisado e n , ao total de perguntas que compõe o componente. Isso é, para se obter o nível de risco de cada componente, somam-se os valores atribuídos a cada resposta deste componente e divide-se o resultado pela nota máxima possível, ou seja, 4 vezes o número de questões do componente. Por fim, multiplica-se o valor encontrado por 100 e classifica-se o risco conforme Quadro 4:

Quadro 4 – Matriz de riscos

Classificação	Grau do risco
75% - 100%	Risco crítico
50% - 75%	Risco alto
25% - 50%	Risco médio
0% - 25%	Risco baixo

Atendendo à Solicitação de Auditoria nº 26/2021 – Questionário de Avaliação dos Controles Internos (QACI), a Edufes respondeu conforme Quadro 5:

Quadro 5 – Respostas ao Questionário QACI

Questões	Respostas	
Ambiente de Controle		
O setor adota mecanismos de controles internos	2	Nem concordo, nem discordo
Os mecanismos gerais de controle instituídos pelo setor são percebidos por todos os servidores.	2	Nem concordo, nem discordo
Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor.	2	Nem concordo, nem discordo
A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente	3	Discordo parcialmente

Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados.	3	Discordo parcialmente
Os documentos (formulários, check-list, planilhas, etc.) padronizados no setor para as atividades desenvolvidas no setor são revisados.	3	Discordo parcialmente
Os servidores do setor possuem o necessário conhecimento e treinamento para cumprir suas obrigações/atribuições.	3	Discordo parcialmente
O setor identifica seus pontos fortes nas atividades desenvolvidas	3	Discordo parcialmente
Avaliação de Riscos		
O setor possui objetivos e metas, e estes estão formalizados.	1	Concordo parcialmente
Existem mecanismos para prever, para identificar e para reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos	1	Concordo parcialmente
Existem indicadores de desempenho para o alcance dos objetivos do setor.	1	Concordo parcialmente
Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	2	Nem concordo, nem discordo
A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco do setor ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo	2	Nem concordo, nem discordo
Procedimentos de Controle		
Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizem a probabilidade de os objetivos da atividade não serem alcançados	2	Nem concordo, nem discordo
As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle	2	Nem concordo, nem discordo
Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor.	4	Discordo totalmente
O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequadas	3	Discordo parcialmente
Informação e Comunicação		
O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva	3	Discordo parcialmente
O setor controla os documentos recebidos e produzidos por ele	3	Discordo parcialmente
O setor divulga internamente as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz.	3	Discordo parcialmente
Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis.	3	Discordo parcialmente
O setor consegue obter as informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil.	2	Nem concordo, nem discordo
Monitoramento		
O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar sua eficácia e qualidade ao longo do tempo.	2	Nem concordo, nem discordo
O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades.	2	Nem concordo, nem discordo
O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor.	2	Nem concordo, nem discordo
As deficiências de controle interno identificadas são reportadas	3	Discordo parcialmente

tempestivamente ao nível gerencial apropriado ou à alta administração e adequadamente tratadas		
--	--	--

Fonte: elaboração própria.